

ÍNDICE

Prefácio	7
<i>Walter Osswald</i>	
Nota introdutória	9
<i>M. Patrão Neves</i>	
Novas perspectivas sobre a Ética e a Moral	15
<i>Michel Renaud</i>	

I A BIOÉTICA: DINÂMICA HISTÓRICA, TEÓRICA E INSTITUCIONAL

Introdução: A bioética como reflexão e como prática	29
A teorização da bioética	37
<i>M. Patrão Neves</i>	
A institucionalização da bioética	65
<i>M. Patrão Neves/Daniel Serrão</i>	
As instituições bioéticas portuguesas	73
Centro de Estudos de Bioética	75
<i>Jorge Biscaia</i>	
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	83
<i>Luís Archer</i>	
Investigação e ensino da bioética em Portugal	91
Centro de Direito Biomédico/Faculdade de Direito de Coimbra	93
<i>Guilherme de Oliveira</i>	
Instituto de Bioética/Universidade Católica Portuguesa	99
<i>Walter Osswald</i>	
Serviço de Bioética e Ética Médica/Faculdade de Medicina do Porto ..	103
<i>Rui Nunes</i>	

Centro de Bioética/Faculdade de Medicina de Lisboa	109
<i>João Ribeiro da Silva</i>	
Faculdade de Filosofia de Braga	113
<i>José Henrique Silveira de Brito</i>	

II

**COMISSÕES DE ÉTICA:
NATUREZA, COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO**

Introdução: A assistência ética	119
<i>Walter Osswald</i>	
Comissões de Ética: uma reflexão sobre a sua justificação	125
<i>Walter Osswald</i>	
Comissões de Ética para a Saúde: sua natureza e tarefas	131
<i>Filipe Almeida</i>	
Composição das Comissões de Ética	141
O médico – <i>Rui Bettencourt</i>	142
O enfermeiro – <i>Margarida Vieira</i>	145
O sociólogo – <i>Anabela Pereira</i>	149
O jurista – <i>Marta Lopes Cardoso</i>	153
O teólogo – <i>Vasco Pinto Magalhães</i>	157
O eticista – <i>M. Patrão Neves</i>	161
Avaliação ética dos ensaios clínicos	165
<i>Walter Osswald</i>	
Inquérito Nacional às Comissões de Ética para a Saúde	179
<i>Rui Nunes et al.</i>	
Relações entre profissionais de saúde e paciente	207
<i>Mário Moura</i>	
Relações entre os diferentes profissionais de saúde	219
<i>António Sarmento/Constança Festas</i>	
Relações entre profissionais de saúde e instituições	233
<i>Daniel Serrão</i>	

III

**REFLEXÃO ÉTICA NA PRÁTICA CLÍNICA:
TEMAS E PROBLEMAS**

Introdução: Das questões inter-pessoais às inter-institucionais	245
---	-----

ÍNDICE	591
Questões éticas no princípio da vida humana	251
<i>Luís Archer</i>	
Problemas éticos do período perinatal	273
<i>Jorge Biscaia</i>	
Doenças infecciosas	291
<i>Armando Porto</i>	
Doenças crónicas	
<i>Manuela Pontes/Domingos Araújo</i>	301
Doenças psiquiátricas	321
<i>Adriano Vaz Serra</i>	
Doenças genéticas	345
<i>Fernando Regateiro</i>	
Questões éticas no fim da vida humana	373
<i>Laureano Santos</i>	
A assistência aos idosos dependentes	395
<i>Cristina Mira Galvão</i>	
Direito à saúde e distribuição de recursos	407
<i>Daniel Serrão</i>	
Educação para a saúde: o doente responsável	423
<i>M. Patrão Neves</i>	

IV ANÁLISE DE CASOS

Introdução: Uma estrutura-modelo para a análise de casos	447
Seleção de casos para reflexão e análise	451

V DOCUMENTAÇÃO

Introdução: Bioética e Biodireito	499
Documentos ético-jurídicos	
Seleção e anotação de <i>Paula Martinho da Silva</i>	503
Declaração Universal dos Direitos do Homem (Nações Unidas, 10 de Dezembro de 1948)	504

Declaração de Helsínquia (Associação Médica Mundial, 1964-2000)	511
Declaração sobre os Direitos do Doente (Associação Médica Mundial, 1981)	516
Directrizes Éticas Internacionais para Investigação Envolvendo Seres Humanos (CIOMS/OMS, 1993).....	518
Convenção sobre os Direitos do Homem e a Biomedicina (Conselho da Europa, 1997; Diário da República, 2001)	525
Lei n.º 3/84 de 24 de Março: Educação sexual e planeamento familiar	541
Lei n.º 120/99 de 11 de Agosto: Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva	545
Lei n.º 12/2001 de 29 de Maio: Contracepção de emergência	549
Código Penal – Cap. II – dos crimes contra a vida intra-uterina ...	551
Lei n.º 6/84 de 11 de Maio: Exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez.....	555
Lei n.º 90/97 de 30 de Julho: Altera os prazos de exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez	556
Portaria n.º 189/98 de 21 de Março: Estabelece as medidas a adoptar nos estabelecimentos oficiais de saúde que possuam serviços de obstetrícia com vista à efectivação da interrupção da gravidez nos casos e circunstâncias previstas no artigo 142.º do Código Penal	556
Lei n.º 12/93 de 22 de Abril: Colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana.	559
Decreto-Lei n.º 97/94 de 9 de Abril: Ensaios Clínicos	566
Decreto-Lei n.º 97/95 de 10 de Maio: Comissões de Ética para a Saúde	577
Recomendação n.º 1418 Conselho da Europa (1999): Protecção dos Direitos do Homem e da Dignidade dos Doentes Incuráveis e dos Moribundos	584